

## **HISTÓRIA DO FASCISMO AO POPULISMO: UMA ABORDAGEM TRANSNACIONAL DO FENÔMENO**

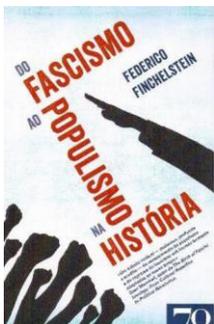
History, From Fascism to Populism: A Transnational Approach to the Phenomenon

**Lucas Arantes Lorga**

 <https://orcid.org/0000-0002-0260-871X>

E-mail: [lucas.lorga@unifesp.br](mailto:lucas.lorga@unifesp.br)

Universidade Federal de São Paulo,  
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Guarulhos, SP, Brasil.



FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História. São Paulo: Editora Almedina, 2019. 315 p.

**PALAVRAS-CHAVES:** Fascismo. Populismo. História transnacional.

**KEYWORDS:** Fascism. Populism. Transnational history.

**F**ederico Finchelstein é historiador argentino, licenciado em história na Universidade de Buenos Aires nos anos 2000. Sua pós-graduação foi feita na Cornell University nos EUA, tendo conseguido seu M.A em 2003 e o Ph.D em 2006. Foi professor de história na Brown University e diretor do Janey Program in Latin American Studies, na New School for Social Research. É autor de livros que tratam da história política argentina e da história transnacional do fascismo e populismo. *Do Fascismo ao Populismo na História* foi lançado em 2017, com nova edição em 2019 pela University of California Press. No Brasil, foi lançado em 2019 pela Editora Almedina e teve traduções para o espanhol, italiano e turco.

Finchelstein dividiu o texto em seis partes: um breve prólogo, uma densa introdução, três capítulos de desenvolvimento e um epílogo. Em seu prólogo, o autor iniciou o texto com um relato pessoal, que nos ajuda a inseri-lo no contexto mais imediato de produção. Finchelstein revelou que se encontrou rodeado por manifestações xenófobas e neonazistas em uma viagem com suas filhas dos EUA para a Alemanha. As crianças que tinham acabado de visitar o Museu Anne Frank, questionaram-no se esses mesmos neonazistas seriam os assassinos da menina judia. Confrontado com a pergunta, Finchelstein se deparou com três temporalidades distintas que concernem a sua história pessoal. Primeiro, sua descendência judaica e seu interesse, ainda jovem, pelo Holocausto e a perseguição nazista. Depois, sua origem argentina - mais especificamente sua vida durante uma ditadura autoritária que não permitia discutir o fascismo. Por último, sua morada nos Estados Unidos de Donald Trump, em sua visão, pináculo do populismo contemporâneo. Essas três temporalidades e espaços divididos, que estão associados com o sujeito histórico que os enuncia, foram o foco maior do trabalho de Finchelstein, mesmo que se tenha pretendido uma abordagem de larga escala e de caráter transnacional.

Na introdução, Finchelstein mostra que o objetivo central do livro é “descrever as genealogias ditatoriais do populismo moderno”, defendendo que o populismo é uma “forma de democracia e o fascismo como uma forma de ditadura” (p. 20), focando-se principalmente no período das duas guerras mundiais e da Guerra Fria.

Finchelstein propõe “uma leitura global dos seus itinerários históricos” (p. 20). Curiosamente, o autor também categorizou, em diversas passagens, sua abordagem como transnacional, não diferenciando com solidez as implicações epistemológicas e metodológicas entre a história global, transnacional e comparada. Mesmo assim, o texto de Finchelstein se insere claramente na segunda perspectiva, pois, ainda que valorize a amplitude global do fascismo e populismo, não negou um nacionalismo metodológico para estudar as supracitadas ideologias, assim como postulado pela história global de Sebastian Conrad (2016).

Ainda na introdução, Finchelstein critica o uso político pejorativo dos termos populista e fascista, afirmando que tais utilizações careceriam de embasamento histórico. Para o autor, essa definição negativa dos conceitos é uma reação de setores neoliberais, que temem a defesa do populismo por setores da sociedade que se sentem esquecidos pelo poder estatal. Mais profundamente, essa vontade populista do povo é marca de uma sociedade extremamente desigual, que começa a desacreditar na eficácia do modelo de democracia liberal. Nesse ponto, o historiador argentino apresentou-nos seu argumento mais defendido e repetido durante o livro: o populismo é um regime iliberal com diversas características fascistas, mas ainda aceita o sistema de representação democrática e não recorre de maneira sistemática à violência como fim em si mesmo. Retomando sua tese, o populismo ainda é uma democracia e o fascismo uma ditadura. Assim, “o populismo, ao tornar-se completamente antidemocrático, deixa de o ser” (p. 24). Por tal motivo, Finchelstein afirmou que, após a Segunda Guerra Mundial, não houve nenhum regime propriamente fascista.

Para o autor, o populismo do pós-guerra foi um dos grandes motivos dessa derrocada do fascismo global. Começando pelo governo argentino de Perón, o primeiro populista da história mundial para Finchelstein, o populismo continuou com diversas características iliberais e anti-iluministas do fascismo. Ao mesmo tempo, negou sua existência e consolidou uma forma paradoxal de democracia representativa autoritária. Esse ponto, inclusive, diferenciou os populistas dos neofascistas contemporâneos, que buscam destruir a democracia de seus respectivos países. Como exemplo, Finchelstein discorreu sobre os neofascistas americanos, como o Klu Klux Klan e seu desejo por uma ditadura étnico-racial, e o populismo de Donald Trump que se consolidou através dos meios democráticos de representação. Depois de introduzir tais diferenciações entre as categorias de análise, Finchelstein, ao longo do capítulo 1, definiu melhor o que entendia por fascismo, assim como as inovações e lugares comuns da historiografia sobre o tema.

Para o autor, o fascismo foi composto por algumas características principais. Foi uma ideologia transnacional, composta por um contra-revolucionarismo “ultranacionalista, antiliberal e antimarxista” (p. 33). No poder, destruiu a democracia e criou uma ditadura. Além disso, nasceu de uma crise do capitalismo e da representação democrática no pós-Primeira Guerra. Dessa forma, foi um Estado totalitário que tentou destruir a relação público versus privado/Estado versus cidadãos, assim como o Estado de Direito e a imprensa independente. Para tal, apoiou-se em um líder que representou a vontade absoluta da nação de maneira autoritária e messiânica. Por fim, alicerçou-se na perseguição de um inimigo político, culminando em sua eliminação e, a partir da violência e da guerra, pretendeu criar uma nova ordem mundial.

Finchelstein dedicou duas seções para comentar a historiografia clássica sobre o tema, assim como as inovações no campo. O autor dividiu a historiografia em dois grandes blocos: a primeira, anterior à década de 1990, que se preocupou somente com o recorte nacional e com generalizações apriorísticas e taxonômicas para encontrar o “mínimo fascista” (FILCHENSTEIN, 2019, p. 75) - Emilio Gentile, Robert Paxton, Renzo de Felice e, principalmente, Ernst Nolte. E a segunda, que buscou uma abordagem transnacional, entendendo que o fascismo não foi exclusivamente europeu e, mais importante, devia ser estudado a partir das particularidades nacionais ao longo do globo, como os trabalhos de Zeev Sternhell e Benjamin Zachariah. Nesse sentido, o historiador argentino provocou-nos com bastante lucidez, dizendo que:

É bastante curioso que os estudiosos da história europeia se mostrem dispostos a estudar a circulação mundial do liberalismo e do marxismo mas quando são confrontados com a participação europeia em intercâmbios fascistas mundiais preferam recorrer a uma abordagem mais eurocêntrica (FINCHELSTEIN, 2019, p. 78-79).

Após comentar a historiografia, Finchelstein buscou mostrar como o fascismo se relacionou em cada país, argumentando em favor da perspectiva transnacional. O autor tratou de exemplos, como o integralismo de Miguel Reale no Brasil, os Camisas Azuis Irlandeses de Eoin O’Duffy, os fascistas portugueses de João Ameal, os Leopardos colombianos, até casos mais conhecidos, como a Itália de Mussolini e a Alemanha Hitlerista. Desta forma, Finchelstein analisou diversas fontes primárias que indicam a existência de núcleos fascistas transnacionalmente.

Curiosamente, o autor optou por aumentar o número na lista de países com movimentos fascistas. Nações como a Noruega, Hungria, Ucrânia, África do Sul, Grécia e Síria são alguns exemplos citados de modo extremamente raso por Finchelstein,

aparentemente com o único intuito de compor o leque de fascismos transnacionais. Porém, em nenhum momento argumentou-se para a validade de suas colocações como fascistas.

Peguemos o exemplo de como o caso húngaro foi usado. Finchelstein (2019, p. 82) afirmou: “Em países como a Romênia, Noruega, França e Hungria, o fascismo foi ‘bem-sucedido’ Depois da guerra de ocupação fascista alemã” (p. 82). Nesse sentido, o fascismo húngaro foi citado mais uma vez ao longo do livro, na mesma página e de maneira igualmente axiomática. Os outros países também foram citados somente uma ou duas vezes ao longo das mais de 300 páginas. O único indicativo posto ao longo do livro para a inclusão de tal país foi que o fascismo teria um caráter transnacional. Aí encontra-se uma tautologia desnecessária para argumentação geral da obra: a Hungria é fascista, pois o fascismo é transnacional, e o fascismo é transnacional, pois a Hungria é fascista. O mesmo ocorreu, em alguns casos, quando o autor falou sobre o populismo ao longo dos capítulos 2 e 3. A Bulgária, Dinamarca, Finlândia e Eslováquia, por exemplo, apareceram listados juntos como regimes populistas de direita sem embasamento em fontes ou na historiografia. Mesmo assim, ressaltamos que esta é, de fato, uma tática argumentativa desnecessária e errônea, mas não inviabiliza o resto do livro. Quando se detém a escrever sobre países que realmente possui domínio, como a Argentina, EUA, países mais ao oeste europeu e da América Latina, Finchelstein consegue fazer boas análises e, no limite, ainda mantém uma argumentação sólida sobre suas teses centrais. Para finalizar o capítulo 1, o autor trouxe à tona um acontecimento que julgou ter sido esquecido pelo resto dos historiadores do fascismo: o Holocausto. Para Finchelstein, a história do Holocausto foi despida de sua genealogia fascista e tida como um fenômeno puramente nazista. Pelo contrário, o Holocausto foi um sintoma máximo da violência intrínseca à ideologia fascista, independentemente do lugar em que ela se manifestou. Esse argumento é importante, pois o autor pretendeu ressaltar a violência do fascismo como um dos grandes diferenciadores do populismo.

No capítulo 2, Finchelstein procurou dar uma definição geral do populismo na história, salientando sua visão de que o movimento possuiu e possui uma grande fluidez entre os espectros políticos de direita e esquerda. Para o autor, o populismo pode ser categorizado como um movimento de teologia política, com um líder forte e representante de um suposto “verdadeiro povo”, que age contrariamente aos traidores da nação. Também possui um forte executivo e uma desvalorização discursiva e prática do legislativo e judiciário. Ao mesmo tempo, rejeita formas de governos ditatoriais e nunca rompe com a democracia. Além disso, no campo midiático, os populistas intimidam o jornalismo independente e valorizam a suposta cultura popular ou de celebridades. O autor fez uma complexa linha do tempo para situar as diferentes fases do populismo. O autor concordou com Pierre Rosanvallon ao identificar o pré-populismo desde a Grécia Antiga até os russos e americanos do século XIX. Depois, postulou uma divisão entre os pré-populistas que não chegaram ao poder, como “o boulangismo na França, o movimento de Lueger em Viena e as ligas patrióticas sul-americanas” (p. 137), e os proto-populistas que chegaram ao poder, mas não eram iliberais o suficiente, como “o cardenismo no México, o yrigoyenismo na Argentina e o primeiro varguismo no Brasil” (p. 153). Finchelstein também afirmou que nem todos os regimes pré-populistas se tornaram fascismos, mas todos os fascismos tiveram origens pré-populistas, o que implica na necessidade de estudar as duas ideologias políticas conjuntamente.

Após 1945 e a derrocada do fascismo, portanto, é que surgiu o que o autor chamou de populismo moderno, como uma reação ao liberalismo democrático, ao socialismo real e ao fascismo ditatorial. Essa fase moderna, que Finchelstein encontrou até o tempo presente de sua escrita, foi dividida em 4 etapas. Primeiro, um populismo clássico, iniciado com o peronismo e a segunda fase do varguismo. Depois, encontramos um populismo neoliberal,

como o governo Menem na Argentina, o governo Collor no Brasil, Fujimori no Peru e Berlusconi na Itália. Em terceiro lugar, temos um populismo neoclássico de esquerda, como os Kirchner na Argentina, Chávez e Maduro na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e o Podemos na Espanha, por exemplo. Por último, um populismo neoclássico de direita e extrema-direita, como Erdoğan na Turquia, Orbán na Hungria, Frente Nacional na França e o trumpismo americano. Tal divisão mostrou a flexibilidade ideológica e política das manifestações populistas, que podem variar da esquerda à direita.

Ao longo do capítulo 2, Finchelstein também fez uma análise crítica da historiografia do populismo. Assim como nos estudos do fascismo, o autor criticou definições inflexíveis e eurocêntricas do fenômeno populista, mas também não viu a viabilidade de posições que descartem a teoria crítica por uma abordagem “mais quantitativa, descritiva e declaradamente pragmática” (p. 164), que chamou, por vezes, de neopositivista. Também criticou a visão do populismo como uma patologia ou uma perversão da democracia, encontradas principalmente nos trabalhos de Rosanvallon, ou aqueles que enxergam o populismo como uma força saudável que reforça a emancipação política. Finchelstein também se opôs aos autores que esqueceram da importância da violência discursiva, do racismo e da xenofobia no populismo, dando uma atenção especial ao trumpismo. No fim do capítulo 2, Finchelstein focou-se em um aspecto retomado ao longo de todo o capítulo 3: a figura central do líder no governo populista. Para o autor, o líder tem um caráter eminentemente messiânico e pretende representar a vontade popular simbolizada pelas eleições. Seu eleitorado, após a vitória, passa a ser discursivamente o verdadeiro povo e, assim, é construída uma relação vertical entre o líder, seus eleitores e apoiadores e, na base, os ditos inimigos da pátria.

Por fim, o capítulo 3 tratou das relações entre a democracia populista e as ditaduras fascistas, e da Guerra Fria. Finchelstein buscou desvendar o paradoxo da frase “A ditadura é uma das bases do populismo moderno, mas o populismo não é a ditadura” (p. 45). Repetindo argumentos, como da rejeição populista ao fascismo, ao socialismo, ao liberalismo e à violência inerente dos governos fascistas, Finchelstein tentou dar mais solidez às diferenças entre a democracia iliberal autoritária e uma ditadura de fato. Podemos sumarizar a argumentação teórica do autor na seguinte passagem:

O populismo moderno não é uma forma de ditadura de massas devido a três razões históricas interligadas: 1) a rejeição populista, contextualmente determinada, da violência ditatorial fascista; 2) o fato de o líder não estar completamente acima da lei e de o seu comando não ser plenamente equiparado à mesma ou ao Estado; e 3) a questão da representação eleitoral e o conceito duplo de soberania popular proposto pelo populismo. Essas três razões são distintamente ideológicas e não apenas uma questão de estilo ou estratégia (FINCHELSTEIN, 2019, p. 231).

A grande inovação do capítulo foi uma análise mais densa dos casos populistas, sem grandes divagações e repetições teóricas. A relação entre o neoliberalismo, a mítica patriarcal do líder aparentemente outsider na política, a imortalização de sua imagem após a morte e a prática discursiva que pretendeu confundir a vontade do povo com a do presidente foi muito bem exemplificada e ilustrada. Além disso, a relação com a mídia alternativa, como o Twitter no caso de Trump, e sua hostilidade com o jornalismo tradicional também foram bem explorados. Ressalto que todos esses pontos, no limite, foram postos ao longo dos primeiros capítulos, mas somente aqui tiveram uma profundidade tamanha. Análises densas e com diversas fontes primárias dos governos de Fujimori, Trump,

Erdoğan, dos Kirchners, Péron, Gaitán e Chávez deram uma dinâmica diferente dos outros capítulos, com uma argumentação bem mais interessante.

Isso não quer dizer, entretanto, que não houve tópicos novos no terceiro capítulo. Finchelstein reservou as últimas duas seções para falar sobre o populismo islâmico e o populismo machista. Para o autor, não há razão para admitir a existência do complemento "islâmico", visto que não é uma categoria analítica significativa para o estudo dos populismos. Mesmo assim, ainda admite diversos governos islâmicos, como o argelino, que realmente foram populistas. Para falar do populismo machista, Finchelstein focou-se principalmente nos governos neoliberais e de extrema-direita, como Berlusconi e Trump, mostrando que tais políticos alicerçaram suas imagens para o povo como homens viris, positivamente promíscuos, representantes de uma pretensa vontade animalésca masculina de ação.

Por último, encerrando o texto, Finchelstein escreveu um epílogo sem muitas inovações, mas instigantes em suas provocações do tempo presente. Para o historiador argentino, Trump marca o fortalecimento e consolidação de um populismo xenófobo e racista, influenciando e dando potência aos ideais de Le Pen, Orbán, Erdoğan e outros líderes de extrema-direita. Porém, ressaltou que o presidente americano não é a força motriz dessa guinada à direita, mas uma consequência de sua genealogia fascista.

O trabalho de Finchelstein conseguiu defender com argumentos potentes a tese de que o fascismo e o populismo estão interligados. Mais especificamente, sustentou com qualidade sua ideia de que o populismo se diferencia do fascismo por ser uma democracia, ainda que autoritária e antiliberal. Quando se volta aos EUA, ao oeste da Europa e à América Latina, é realmente possível ver um trabalho de décadas de pesquisa, com uma grande bagagem documental e bibliográfica. Infelizmente, para tentar consolidar sua posição transnacional, por vezes sai de suas áreas de domínio e adentra em contextos com pouca ou nenhuma profundidade. Além disso, seu texto é desnecessariamente repetitivo em ideias e argumentos. Mesmo assim, pensamos que sua obra se insere, de maneira salutar, em debates pertinentes e instigantes da historiografia do século XX, de modo que seu método exemplifica as forças e fraquezas de uma abordagem transnacional.

## REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o "populismo" e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 3, p. 468-484, 2012.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na História*. São Paulo: Almedina, 2019.

VRIES, Jan de. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. In: GHOBRIAL, John-Paul (org.) *Global History and Microhistory, Past and Present*, suppl. 14, p. 23-36, 2019.

## NOTAS DE AUTOR

### AUTORIA

**Lucas Arantes Lorga**: Bacharel em História. Mestrando, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação em História, Guarulhos, SP, Brasil.



#### **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA**

Rua Itambé, 186, apto 65, 01239000, São Paulo, SP, Brasil.

#### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

#### **DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS**

Não se aplica.

#### **PREPRINT**

A resenha não é um preprint.

#### **LICENÇA DE USO**

© Lucas Arantes Lorga. Esta resenha está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITOR**

Fabio Morales.

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 28 de novembro de 2022

Aprovado em: 2 de fevereiro de 2023

Como citar: LORGA, Lucas A. História do fascismo ao populismo: uma abordagem transnacional do fenômeno. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 814-821, set./dez. 2022. [Seção] Resenha. Resenha da obra: FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na História*. São Paulo: Editora Almedina, 2019. 315p.

